7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais

Associação Brasileira De Relações Internacionais (ABRI)

06 de dezembro - 12, 13 e 14 de dezembro de 2024 – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre (RS)

Área Temática: Análise de Política Externa

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A UNIÃO EUROPEIA: UM ESCRUTÍNIO DO PANORAMA GERAL

Filipe Philipps de Castilho

Universidade Federal do Paraná

Resumo

O objetivo do artigo é de analisar o papel da UE na política externa brasileira, focando nos aspectos que englobam a Parceria Estratégica Brasil-UE, visando responder a seguinte pergunta: qual o papel do bloco europeu na política externa brasileira? Tomamos como cerne basilar a ideia de que a UE é um parceiro importante para o Brasil, pesando o fato de que o país tem interesses específicos em questões envolvendo a transferência de tecnologia, ciência e desenvolvimento. O Brasil, vale frisar, foi o primeiro país latino-americano a estabelecer relações diplomáticas com a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Em termos de comércio, a parceria entre Brasil e o bloco europeu se sobressai entre as demais relações entre UE e América Latina, dado que o bloco, por exemplo, é o segundo maior parceiro comercial do Brasil, respondendo por 18,3% de seu comércio total, sendo o maior importador de produtos agrícolas do país. O Brasil, por sua vez, é o décimo primeiro maior parceiro comercial da UE, representando 1,7% de seu comércio total. A partir disso, o artigo procurará escrutinar a trajetória da relação ao longo do tempo, os percalços envolvidos, as prospecções de futuro e a análise da Parceria Estratégica. Como metodologia, foi utilizada uma abordagem qualitativa: primeiramente uma revisão de literatura acerca da criação do bloco europeu, bem como sobre a construção da parceria entre o Brasil e a Europa integrada. Como resultados parciais, observou-se alguma indefinição na relação, muito por conta das dificuldades presentes em uma relação que é em seu cerne assimétrica, dada a natureza dos atores envolvidos; no entanto, podemos afirmar que a UE foi e continua sendo um ator importante dentro da política externa brasileira, dada a evolução da relação como um todo e da Parceria Estratégica, além da relevância econômica da UE para o país, uma vez que o bloco é o segundo maior parceiro comercial do Brasil. No entanto, encontramos certas celeumas relacionadas à multiplicidade dos níveis de interação e divergências em aspectos econômicos e em questões relativas ao meio-ambiente.

Palavras-chave: União Europeia; Brasil; relações exteriores; política externa.

Introdução

O Brasil foi o primeiro país latino-americano a estabelecer relações diplomáticas com a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e, no plano político, o Brasil e a UE se reconhecem como atores de um sistema internacional multipolar e em transformação. Em termos de comércio, o Brasil se destaca dos demais países da América Latina, respondendo por 30,8% do comércio total da UE e detendo 48,5% do investimento total do bloco na região. Por sua vez, a UE é o segundo maior parceiro comercial do Brasil, representando 18,3 por cento do seu comércio total e é o maior importador de produtos agrícolas do país, enquanto o Brasil é o décimo primeiro maior parceiro comercial da UE, representando 1,7% do seu comércio total. Além disso, existem inúmeras e vastas iniciativas de cooperação entre as duas partes.

As relações ganharam novo impulso em 4 de julho de 2007, na 1ª Cúpula UE-Brasil, quando foi assinada a Parceria Estratégica Brasil-UE. Nessa ocasião, as partes concordaram

em melhorar a sua relação bilateral de longa data e, em particular, em reforçar o diálogo político (Council, 2007). A parceria estabeleceu cúpulas anuais entre o Brasil e a EU entre 2007 e 2014, com o objetivo de intensificar a interação entre diplomacias, elaborando assim dois planos de ação conjuntos (2008-2011 e 2012-2014). A iniciativa foi suspensa em 2015, quando a cúpula anual não ocorreu e o Terceiro Plano de Ação Conjunto (previsto para 2015 e com duração até 2017) foi adiado. Essa estagnação reflete uma crise a vários níveis tanto na UE como no Brasil. A UE sofreu pressão com a anexação da Crimeia, com o Brexit, com a crise migratória e com o advento de partidos com uma posição eurocética, enquanto o Brasil viveu uma crise político-institucional, econômica e social com o impeachment de Dilma Rousseff (2011-2016) e a chegada de Jair Bolsonaro à presidência (2019-2022) (Ferreira-Pereira, 2021).

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é de analisar o papel da UE na política externa brasileira. O trabalho procurará abordar o locus do bloco europeu na política externa brasileira hoje, trabalhando com a ideia de que a UE é um parceiro importante para o Brasil, dado que o país tem interesses específicos em questões como transferência de tecnologia, ciência e apoio ao desenvolvimento. Contudo, seu locus na política externa brasileira não está bem definido. Esta indefinição está relacionada com as dificuldades inerentes a uma relação essencialmente assimétrica – devido ao fato de os atores envolvidos serem de natureza diferente (o Brasil, obviamente, sendo um Estado, e a UE uma união econômica e política) – e à sobreposição dos diferentes níveis em que ocorrem as relações do Brasil com o bloco europeu: além da Parceria Estratégica, no nível bilateral com os países da UE, no nível inter-regional com as relações Mercosul- UE.

1. A evolução das relações Brasil-União Europeia e a origem da Parceria Estratégica

Ainda sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi assinado o Acordo de Cooperação Inter-regional (1995), um marco importante nas relações MERCOSUL-UE. A política externa de Cardoso viu no MERCOSUL não apenas uma de suas frentes de atuação regional, mas um eixo articulador da ação externa do Brasil visando uma maior projeção internacional. Nesse momento, o processo de integração regional passou a assumir um papel importante na integração sul-americana do país. Dentro dessa perspectiva, o continente europeu foi considerado uma opção no quadro de redesenvolvimento do sistema internacional pós-Guerra Fria, à medida que o Brasil procurava negociar alguns assuntos de interesse da política externa, como o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. No que diz respeito às relações Brasil-UE, Cardoso deu prioridade às relações inter-regionais (Silva, 2008; Lazarou e Fonseca, 2013).

Com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a política externa brasileira desenvolveu um novo perfil, adotando uma posição mais ativa no cenário internacional. Uma das suas principais características foi o enquadramento de um contexto internacional em transição no quadro de um sistema caracterizado por assimetrias de poder em benefício das grandes potências. O país reorientou o seu comportamento através da valorização de uma maior autonomia na ação externa, do fortalecimento do universalismo através da diversificação dos laços – com destaque para a cooperação Sul-Sul – através de uma forte participação em fóruns multilaterais, aumentando a sua proatividade na política internacional. Além disso, os laços com os países desenvolvidos não diminuíram; pelo contrário, foi implementada uma política de boas relações (Saraiva, 2012). Para atingir estes objetivos, a estratégia implementada foi defender a reorganização das instituições internacionais com base em critérios mais inclusivos. Para implementar esses planos, os diplomatas brasileiros atuaram em múltiplas áreas e com diferentes tipos de parceiros. Lula assumiu forte postura diplomática presidencial para projetar a imagem do Brasil em novos cenários. Neste novo contexto, a política externa do Brasil baseou-se na premissa consolidada por parte do corpo diplomático brasileiro de que algumas posturas seriam compartilhadas pelo Brasil e pela UE, particularmente no que diz respeito a valores comuns em áreas como desenvolvimento, democracia e paz internacional, e também quando se tratou da defesa do multilateralismo na política global. Assim, para se tornar um ator global, fazia sentido aproximar-se da Europa (Silva, Volpato, 2022).

Quanto às interações diretas entre o Brasil e a UE, foi assinado um acordo de cooperação em ciência e tecnologia durante o primeiro mandato de Lula, sendo criada a Mesa Redonda da Sociedade Civil. Contudo, ao mesmo tempo, a Rodada de Doha foi bloqueada pelo G20 sob a liderança do Brasil e as negociações da UE com o MERCOSUL para um acordo de associação foram canceladas. Na Comissão Europeia, estas ações despertaram receios de que o Brasil pudesse distanciar-se ainda mais da UE e pôr fim às negociações com o MERCOSUL (Lazarou e Fonseca 2013). Em 2005, a UE iniciou discussões internas sobre a possibilidade de estabelecer uma parceria bilateral com o Brasil (Meissner 2015).

Em 2007 entra em vigor o documento estratégico para o Brasil (2007-2013), e em maio do mesmo ano a Comissão Europeia envia a outras instituições da UE um comunicado, “Rumo a uma Parceria Estratégica UE-Brasil”, no qual o Brasil é descrito como protagonista e líder regional. Nesse ano, o Brasil esteve envolvido em algumas iniciativas europeias, como a participação de representantes brasileiros em reuniões com europeus sobre negociações econômicas internacionais. Também foram iniciadas negociações sobre mudanças climáticas (com enfoque multilateral no âmbito das negociações internacionais), bem como discussões sobre a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável (em relação às questões

técnicas internas brasileiras através de um diálogo bilateral) e políticas de integração regional. O cenário estava montado para uma parceria estratégica. Finalmente, no final de 2007, este processo culmina com a assinatura de um acordo entre a UE e o Brasil, externo ao MERCOSUL. A parceria incluiu formalmente o reforço do multilateralismo e a prossecução de ações conjuntas em matéria de direitos humanos, pobreza, questões ambientais, energia, MERCOSUL e estabilidade latino-americana (Silva, Volpato, 2022). Segundo Telò (2014), a parceria abriu caminho para a construção de uma visão compartilhada sobre o multilateralismo em nível regional, inter-regional e internacional.

O primeiro Plano de Ação Conjunto foi assinado em 2008, sendo iniciadas cúpulas anuais visando a melhorar as interações entre o corpo diplomático de ambos os lados. De acordo com o plano, foram estabelecidos vários diálogos setoriais, sendo também restabelecidos os diálogos que haviam sido consolidados durante o primeiro mandato de Lula. O foco inicial estava em questões multilaterais: promover paz e segurança, direitos humanos, desarmamento, não proliferação de armas de destruição e segurança. Abrangendo questões técnicas e envolvendo atores nacionais brasileiros, os diálogos existentes sobre mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável foram complementados por outros que abrangeram questões macroeconômicas, investimento, comércio, TI, propriedade intelectual, produção industrial, coesão social, desenvolvimento social, emprego e energia nuclear, dentre outros. Estes diálogos setoriais abordaram basicamente questões internas através de conversações bilaterais.

No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, o Plano de Ação Conjunto incluiu uma cooperação triangular orientada para os países de rendimento mais baixo. Embora, a rigor, essas iniciativas não estivessem inseridas no âmbito das instituições multilaterais, seus resultados exerceram impactos em outros países. Durante o governo Lula, a cooperação sul-sul cresceu consideravelmente no Brasil, principalmente com países africanos e latino-americanos de baixa renda. A cooperação triangular do Brasil com alguns doadores ocidentais e o Japão expandiu-se rapidamente graças à combinação de suas vantagens comparativas, especialmente suas afinidades econômicas e culturais com países do sul, à adaptabilidade de suas políticas e experiências de desenvolvimento, e aos menores custos de execução (Ayllón Pino 2014). As principais áreas de ação estabelecidas no plano foram a bioenergia, a saúde e a agricultura. Outro ponto mencionado no Plano de Ação Conjunto dizia respeito à cooperação inter-regional, indicando a importância de retomar e revigorar as conversações UE-MERCOSUL e a parceria estratégica birregional entre a UE e a América Latina e o Caribe. Foram incluídas ciência, tecnologia e inovação – todas áreas sensíveis para o Brasil – o que consolidou o diálogo nesta área estabelecido através do acordo assinado em 2004. Por fim,

uma iniciativa inovadora foi o estabelecimento de um diálogo sobre políticas culturais (Silva, Volpato, 2022).

Ao final do governo Lula, os resultados concretos da parceria estratégica foram limitados. As declarações conjuntas nas cúpulas de 2008, 2009 e 2010 sublinharam tópicos centrados em questões acerca das instituições multilaterais e negociações relacionadas com a defesa, e em princípios como a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos, bem como frisando a importância do trabalho conjunto para resolver questões globais, especialmente alterações climáticas, desenvolvimento sustentável e segurança energética (Lazarou, Fonseca, 2013). Devido à insistência do Brasil, o esforço para pressionar por uma reforma das Nações Unidas e do sistema financeiro global também foram itens incluídos nessas declarações. Apesar das expectativas iniciais da UE de ação conjunta e das esperanças do Brasil de ver os seus interesses e preferências serem defendidos na arena global (Ferreira-Pereira 2015), alinhar os interesses das duas partes revelou-se bastante difícil. Foi claramente difícil conseguir um alinhamento mais próximo sobre alguns tópicos-chave. Basicamente, ficou claro para os diplomatas brasileiros que as concepções dos dois lados não coincidiam em totalidade (Saraiva, 2014).

A projeção do Brasil no cenário internacional baseou-se na crença na autonomia e na defesa da inclusão de mais atores nos organismos internacionais de tomada de decisão, sendo os esforços diplomáticos brasileiros voltados para uma maior projeção do país no cenário internacional como líder das nações do Sul. Embora possa ter sido possível algum alinhamento com a sua vaga defesa do multilateralismo, os países da UE, em última análise, defenderam o status quo das instituições internacionais existentes (Silva, Volpato, 2022). Segundo Gratius (2012), as aspirações globais da UE e do Brasil eram essencialmente diferentes: enquanto as nações europeias faziam todos os esforços para manter a sua tradicional preeminência nas organizações multilaterais, o Brasil queria aumentar a sua presença e influência global. A defesa do multilateralismo em si era outro tema de preocupação, uma vez que as preferências de ambos os lados quanto à forma que tal defesa deveria assumir não se sobrepunham. Enquanto a UE apelava a uma ordem global normativa, o Brasil imaginava um cenário não hegemónico com regras limitadas e um sistema internacional pluralista de Estados soberanos. Nos seus esforços para rever as instituições internacionais, o Brasil descobriu que os seus parceiros mais naturais não eram os europeus, mas sim outros países emergentes (Saraiva, 2014).

No entanto, no que diz respeito às alterações climáticas e ao desenvolvimento sustentável, apesar dos diferentes cenários enfrentados por ambos, a parceria estratégica abriu caminho para uma maior compreensão e cooperação. A dimensão multilateral foi

caracterizada por divergências e pelo alinhamento do Brasil com posições assumidas por outros países do sul. A posição do governo brasileiro de que tanto os Estados Unidos quanto a UE deveriam empreender maiores reduções de emissões de carbono resultou em posições divergentes assumidas pelo Brasil e pela UE na reunião de Copenhague. Entretanto, na esfera bilateral, apesar dos obstáculos enfrentados a nível interno, registaram-se alguns progressos, uma vez que o setor da cooperação atraiu a maior parte dos recursos europeus (Silva, Volpato, 2022). No que diz respeito à esfera técnica bilateral interna, foram estabelecidos outros quatro diálogos setoriais entre 2009 e 2010. Quanto à cooperação triangular, a primeira iniciativa acordada entre o Brasil e a UE para a produção de bioenergia foi lançada em Moçambique em 2010, no final do segundo mandato de Lula. A Agência Brasileira de Cooperação também buscou outros acordos de cooperação triangular com países europeus, porém externos ao âmbito da parceria estratégica (Saraiva, 2014).

No que diz respeito à cooperação inter-regional, os resultados foram escassos. Apesar de ser um dos itens mencionados na parceria estratégica, o comércio sempre gerou atritos e divergências. As negociações para o acordo UE-MERCOSUL foram retomadas em 2010, em parte graças ao ambiente favorável proporcionado pela parceria estratégica. No entanto, esta parceria acabou por desviar a atenção do diálogo político e da cooperação no domínio das relações inter-regionais. Entretanto, no que diz respeito ao multilateralismo regional na América Latina, parece ter havido alguns valores comuns partilhados pelo Brasil e pela EU (Lazarou, Fonseca, 2013). A parceria estratégica foi assinada numa altura em que o Brasil estava construindo sua liderança na América do Sul, e as assimetrias regionais cresciam a favor do Brasil. A administração Lula passava por um período de sucesso e governos de esquerda ganhavam poder na região. A Europa sentiu que partilhava alguns valores comuns com o Brasil no que diz respeito à defesa do multilateralismo na política global, à estabilidade política, à manutenção dos regimes democráticos e à luta contra a pobreza na região. O bloco começou a considerar o Brasil como um possível líder na América do Sul (Silva, Volpato, 2022).

No entanto, o governo brasileiro não concordou com a UE sobre qual modelo de regionalismo seria o melhor. O país concentrou a sua política regional num tipo de regionalismo pós-neoliberal que tomaria forma na UNASUL, mas isto não coincidiu com o entendimento da Europa de que a integração regional deveria ser desenvolvida através do comércio. Além disso, o Brasil concentrou-se na América do Sul, enquanto a UE continuou a lidar com toda a América Latina (Lazarou, Fonseca, 2013). A crise financeira que começou em 2008 colocou alguma pressão sobre a parceria e revelou algumas falhas na estrutura da UE, particularmente nos seus planos para fortalecer a Zona do Euro. A capacidade da Europa para gerir a ordem econômica global começou a ser desafiada por alternativas apresentadas pelos

países emergentes, incluindo o Brasil. Lazarou e Fonseca (2013) argumentam que a crise prejudicou a parceria porque afetou desproporcionalmente os dois lados: a UE ficou severamente abalada enquanto o Brasil saiu relativamente ileso. Segundo Ayllón Pino e Saraiva (2011), o desequilíbrio de poder que caracterizou historicamente a relação gradualmente foi suplantado por uma posição internacional mais forte por parte do Brasil (Lazarou, Fonseca, 2013).

Podemos dizer que durante o primeiro mandato de Lula (2003-2006), as relações com a UE foram marcadas por competição e conflito, causados pelas demandas brasileiras em diversas disputas comerciais no âmbito da Rodada Doha e nas negociações da Associação Birregional. O segundo (2007-2010) caracterizou-se pela redução das tensões, o que contribuiu para a diminuição do diferencial de poder (político, económico e internacional) entre o Brasil e a UE – dada a relativa maturação da projeção internacional do país – e o interesse crescente em reforçar as relações com o bloco europeu para aumentar o seu poder de negociação e a sua visibilidade e prestígio internacional. Além disso, o segundo mandato de Lula também incluiu uma atitude mais próxima por parte da Comissão Europeia, presidida pelo português José Manuel Durão Barroso, que estabeleceu como um dos objetivos do seu mandato intensificar as relações com o Brasil (Ayllón, 2011).

Podemos então concluir que a evolução das relações Brasil-UE foi marcada por um salto qualitativo, que aumentou a sua intensidade e abrangência (de natureza altamente mercantil a princípio, as relações passaram a abranger diversos temas políticos). Inicialmente, essa relação se situava num eixo assimétrico e era marcada pela verticalização. Com o passar do tempo, a verticalização foi restringida e criou espaços para parcerias mais horizontais, levando à diagonalização das relações. O crescimento econômico do país e a redução das distâncias políticas, em termos de influência e prestígio, na década de 2000, tornaram as relações mais horizontais, o que tornaria possível a Parceria Estratégica Brasil-UE.

2. Qual é o cerne do conceito de Parceria Estratégica? A experiência Brasil - UE

O termo “parceria estratégica” surgiu como expressão na política internacional na década de 1990 (Blanco, 2015). Nessa década e na década seguinte, vários atores passaram a utilizá-lo para designar relações bilaterais entendidas como prioritárias. No entanto, o termo foi amplamente utilizado na retórica diplomática, sem que houvesse uma definição clara do que são e do que deveriam ser parcerias estratégicas. Alguns autores indicam uma crescente popularização da expressão (Lessa,2010; Lessa e Oliveira,2013). Podemos identificar características comuns que justificam a utilização de um conceito mínimo de parceria estratégica, uma vez que a maior parte deste tipo de relações serve ao propósito de selecionar

e conduzir relações bilaterais de forma a contribuir efetivamente para a concretização dos principais objetivos nacionais, regionais e/ou globais (Becard, 2013). Nesse sentido, a definição de parceria estratégica proposta por Blanco (2015) reúne a noção de “parceria” e a concepção mais ampla de “estratégia”. O autor define parcerias estratégicas, em termos gerais, como uma relação em que o planejamento coordenado é implementado em direção a um fim desejado, que é um objetivo comum das partes envolvidas e que se baseia em interesses ou valores em comum (Blanco, 2015).

Lessa divide as parcerias estratégicas firmadas pelo Brasil em duas gerações: a primeira compreende as parcerias estratégicas das décadas de 1970 e 1980, e as parcerias firmadas após a década de 1990 (Lessa, 2010). O autor situa esta primeira geração de parcerias estratégicas baseadas no universalismo como uma válvula de escape, na qual o Brasil construiu parcerias estratégicas para enfrentar situações políticas e econômicas adversas em um movimento reativo. A “nova geração” de parcerias estratégicas brasileiras, por sua vez, passou a apresentar tendência à estruturação, tanto no âmbito bilateral quanto inter-regional, e ganhou força não apenas nas relações exteriores brasileiras, mas também na retórica diplomática do país, especialmente na década de 2000 (Lessa, 1998, 2010).

Como já dito, a política externa brasileira ganha um novo perfil com Lula. Durante os seus mandatos, três objetivos foram prosseguidos pela política externa: o primeiro, a procura de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas; a segunda, a restauração dos canais econômicos tradicionais e a valorização de relações econômicas pouco exploradas; e o terceiro, a abertura de espaços para empresas brasileiras, especialmente aquelas de setores estratégicos (Lessa, 2010).

Esses objetivos exigiram inúmeros esforços, como a ampliação das relações bilaterais do país, a sofisticação da agenda de cooperação com parceiros tradicionais, bem como a extensão da rede diplomática brasileira a regiões antes esquecidas. Tais esforços de expansão da rede diplomática levaram ao uso generalizado do adjetivo “estratégico” para caracterizar as relações, ainda que modestas, estabelecidas com os mais diversos atores, introduzindo, assim, um senso de oportunidade e urgência no discurso brasileiro e atualizando o perfil internacional do país (Silva, Volpato, 2022). Portanto, a década de 2000 assistiu à popularização da ideia de “parceria estratégica”, uma vez que diversas relações bilaterais com atores com diferentes graus de importância passaram a ser qualificadas como “estratégicas”. (Lessa, 2010). O elevado número de parcerias estratégicas formalmente estabelecidas pelo Brasil e seu amplo conteúdo também mostram a abordagem flexível e circunstancial que a ideia de parceria estratégica pode adquirir, devido à inexistência de um conceito bem definido, pelo menos oficialmente (Vaz, 2014).

No caso europeu, embora as parcerias sejam definidas como um princípio da ação externa da UE (conforme estabelecido pelo artigo 21.º do Tratado de Maastricht), a existência de parcerias estratégicas foi reconhecida na Estratégia Europeia de Segurança, com o nome de Uma Europa Segura num Mundo Melhor, publicado em 2003 (Ferreira-Pereira, Vieira, 2016). Um dos objetivos estratégicos elencados pelo documento é o estabelecimento de uma ordem internacional baseada no multilateralismo eficaz, uma vez que o desenvolvimento de uma sociedade internacional mais forte, de instituições internacionais que funcionem bem e de uma ordem internacional baseada em regras seria o objetivo (Council, 2009).

Pode-se argumentar que não há uma definição clara de parceria estratégica no documento, uma vez que não está claro quais (e em que medida) objetivos e valores devem ser partilhados relativos ao seu estabelecimento e, sobretudo, o que estar preparado para agir em apoio desses objetivos e valores significa. As interpretações possíveis são o estatuto destes países como potências regionais (uma potência global, no caso da China), as suas robustas capacidades materiais ou a existência de vontade política suficiente para o estabelecimento de uma parceria estratégica (Saraiva, 2014). Mesmo que o termo não tenha sido conceitualizado de forma explícita e precisa, é possível enquadrar as parcerias estratégicas europeias, de acordo com a Estratégia Europeia de Segurança de 2003, como uma ferramenta para a política externa conjunta no sentido do fortalecimento do multilateralismo como princípio fundamental da governação (Ferreira -Pereira e Vieira, 2016).

Em 2008, o Relatório sobre a Implementação da Estratégia Europeia de Segurança abordou o papel da Europa num mundo em mudança e reforçou o papel das parcerias na promoção de um multilateralismo eficaz. O termo parceria-estratégica é utilizado duas vezes, mas desta vez não se refere a nenhum país, mas sim à parceria entre a UE e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que deve ser reforçada para uma melhor cooperação na administração de crises (Silva, Volpato, 2022). Portanto, o conceito de parceria estratégica é apresentado mais de uma vez, mas não explicado. Além disso, parece ampliar-se ao descrever a relação do bloco europeu com uma organização regional (Blanco, 2015).

No documento intitulado A Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia (ou simplesmente Estratégia Global da UE) de 2016, que substitui a Estratégia Europeia de Segurança de 2003, pode-se observar uma mudança de ênfase. São feitas diversas referências à necessidade de construir uma “Europa mais forte” para promover os interesses dos cidadãos europeus e muitos temas de ordem interna. Tal inflexão deve ser analisada e compreendida a partir de um contexto internacional muito diferente daquele de 2003, caracterizado pela repercussão da crise econômica de 2008, pelo debate sobre os fluxos migratórios e pelas divisões dentro do bloco europeu deles decorrentes. Na verdade, o

termo parceria estratégica nunca foi definido de forma clara e precisa em qualquer documento da UE a nível jurídico ou político, pelo que as parcerias estratégicas europeias têm sido desenvolvidas de diferentes formas e em graus variados (Ferreira- Pereira e Vieira, 2016). Esse fato poderia conferir à política externa conjunta uma boa dose de flexibilidade. O número de parcerias estratégicas com países emergentes é superior ao número de parcerias com países desenvolvidos, demonstrando reconhecimento e adaptação à ordem multipolar. Na verdade, todos os seus parceiros estratégicos podem ser considerados atores políticos internacionais ambiciosos, uma vez que dependem da política externa não só para obter ganhos econômicos, políticos e privados, mas também para projetar poder para além das suas fronteiras e, portanto, posição no sistema internacional (Blanco, 2015).

3. A Parceria Estratégica Brasil-União Europeia (2007-2021)

A Parceria Estratégica foi estabelecida na primeira cúpula entre o Brasil e a UE, que teve lugar em Lisboa, em julho de 2007. A proposta para estabelecer a Parceria Estratégica foi uma iniciativa da UE, com dez áreas e setores de cooperação em níveis global, regional e bilateral que delineiam a parceira (Comission, 2007), sendo estas: a) fortalecimento do multilateralismo; b) elevar os padrões de direitos humanos, promovendo a democracia e a governança; c) alcançar os objetivos de Desenvolvimento do Milênio e promover o desenvolvimento regional e social; d) proteger o meio ambiente; e) reforçar a cooperação energética; f) reforçar a estabilidade e a prosperidade da América Latina; g) avançar na agenda do Mercosul; h) reforçar as relações comerciais e económicas; i) justiça, liberdade e segurança; j) aproximar as pessoas.

Para implementar o programa temático abrangente da Parceria Estratégica, além do estabelecimento do Plano de Ação, foi negociado o modus operandi da iniciativa, que consistia na realização de diálogos anuais de alto nível em cúpulas regulares e reuniões ministeriais abordando questões globais, desafios e crises numa abordagem mais ampla (Saraiva, 2014). Num nível hierárquico inferior, foram realizadas reuniões de altos funcionários e do Comitê Misto UE-Brasil, responsável pela preparação das cúpulas presidenciais e ministeriais, bem como pelo acompanhamento dos Diálogos Setoriais e implementação dos Planos de Ação Conjuntos. Também foi reconhecida a necessidade de aprofundar e fortalecer os Diálogos Setoriais, de natureza menos política e mais técnica, entre instituições comunitárias especializadas e seus pares de ministérios, entidades e agências da administração federal do Brasil. Ao longo dos 14 anos de parceria, ocorreram sete cúpulas, entre 2007 e 2014, bem como o primeiro Plano de Ação Conjunto, em 2008-2011, e o segundo, abrangendo o período

2012-2014. A iniciativa foi suspensa em 2015, ano em que não houve a cúpula anual. O terceiro Plano de Ação Conjunto (2015-2017), por sua vez, foi adiado (Silva, Volpato, 2022).

É consenso que o estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-UE representou um salto qualitativo nas relações entre as partes, antes marcadas pela desconfiança, decorrente das divergências na esfera comercial, e pela opção inter-regional. A Parceria Estratégica, portanto, alterou os termos de engajamento das relações ao propor um arcabouço institucional que passou a moldá-las, incluindo, além dos temas comerciais, outros temas relevantes que melhor se adequassem à nova posição internacional do Brasil como potência emergente, fato reconhecido pelo próprio bloco europeu. Deve-se considerar também que a cooperação técnica entre as partes tornou-se mais densa, com destaque para os tópicos que tratam de migração, ciência e tecnologia e energia (Ferreira- Pereira e Vieira, 2016; Blanco e Luciano, 2018).

Embora reconheçam a existência de princípios e valores comuns entre o Brasil e a UE e o salto qualitativo nas relações proporcionado pela Parceria Estratégica, alguns estudos não deixam de mencionar os resultados, inicialmente pretendidos, que não foram alcançados pela iniciativa. Ferreira-Pereira e Vieira (2016) sublinham a existência de visões divergentes entre as partes, nomeadamente ao nível da implementação de normas e regras internacionais, do enquadramento dos debates e da escolha da linguagem (Ferreira-Pereira e Vieira, 2016). Gratius (2012) argumenta que tanto o Brasil como a UE aspiram ao multilateralismo, mas que as suas estratégias diferem. Enquanto o Brasil procura uma “multipolaridade multilateral”, a UE procura um “multilateralismo multipolar”, o que significa que o bloco europeu prefere uma ordem multipolar baseada no direito internacional e em compromissos vinculativos. Já o Brasil valoriza um equilíbrio de poder com traços neorrealistas e, portanto, o multilateralismo almejado pelo país seria menos normativo, mais pragmático e consideraria os interesses do Sul. Por sua vez, tais estratégias levaram a diferentes posições em fóruns multilaterais. Aqui, mais uma vez, os diferentes níveis das relações Brasil-UE se sobrepõem, uma vez que as conclusões do autor consideram as posições dos países membros da UE em fóruns multilaterais, e não do próprio bloco europeu.

Além disso, são mencionados outros obstáculos à construção de uma agenda mútua global, dados os diferentes entendimentos nas áreas do comércio, da cooperação para o desenvolvimento, das alterações climáticas, da paz internacional e do sistema financeiro global. Na verdade, a questão comercial não apresentou avanços qualitativos, e ainda suscita polêmicas, evidenciadas pela não consumação do Acordo de Associação MERCOSUL-UE. Quanto às mudanças climáticas, apesar da defesa de um compromisso global firme sobre esta questão, o Brasil e a UE partem de premissas diferentes sobre a sua causa principal,

com a consequente adoção de métodos diferentes, enfatizando compromissos voluntários, do lado brasileiro, e compromissos vinculativos, do lado europeu (Gratius, 2012).

Gardini (2018) diz que as implicações da Parceria Estratégica são heterogêneas, e que é necessário ajustar os objetos de análise, dada a multiplicidade de temas e objetivos propostos pela iniciativa. Ao abordar as implicações da iniciativa, ele afirma que o fortalecimento do “multilateralismo efetivo” não se concretizou como desejado, uma vez que houve divergências no padrão de votação do Brasil e dos países europeus nos fóruns multilaterais. Para o autor, os maiores avanços foram alcançados no campo do desenvolvimento sustentável, com os Diálogos Setoriais e os projetos bilaterais entre o Brasil e alguns países europeus nesta área, e o comércio bilateral, que se tornou três vezes maior, mas ainda comporta uma relação assimétrica. Vale ressaltar que outros autores veem na cooperação ambiental alguns dos maiores avanços da iniciativa. Saraiva (2017) assegura que apesar dos diferentes cenários enfrentados por ambos os atores, a Parceria Estratégica abriu caminho para maior compreensão e cooperação (Saraiva, 2017), levando a uma proposta conjunta entre o Brasil e a UE sobre carbono, que serviu de base ao Acordo de Paris, assinado em 2015.

Saraiva (2017) faz uma revisão da Parceria Estratégica Brasil-UE, apontando para a mudança de foco observada na transição Lula-Dilma. Referindo-se às implicações da iniciativa durante o segundo mandato de Lula (2007-2010), o autor enfatiza uma maior compreensão e articulação das questões ambientais e da cooperação triangular no continente africano, bem como avanços em ciência e tecnologia, com um intercâmbio mais intenso entre instituições científicas brasileiras e europeias. Quanto ao nível inter-regional, afirma que os ganhos foram escassos e que, a nível multilateral, prevaleceram as divergências, uma vez que o alinhamento dos interesses de ambas as partes revelou-se difícil. Nesse sentido, ela afirma que ao final do governo Lula, os resultados concretos da Parceria Estratégica foram limitados (Saraiva, 2017).

A política externa adotada por Lula não foi continuada por sua sucessora. Embora o discurso de Dilma Rousseff inicialmente parecesse indicar que as estratégias herdadas de seu antecessor seriam mantidas, o governo introduziu mudanças progressivas e retrações nas relações exteriores do Brasil. Em termos multilaterais, os apelos do Brasil por reformas foram mantidos, resultando em alguns desalinhamentos com certas potências ocidentais. O apoio ao multilateralismo baseado na ideia de revisão das instituições internacionais permaneceu em vigor. Da mesma forma, prevaleceu a preferência por um cenário não hegemônico, com poucas regras e um sistema internacional pluralista de Estados soberanos (Silva, Volpato, 2022). Quanto à segurança internacional, o corpo diplomático do Brasil

primeiro fez esforços para manter em vigor a estratégia de desempenhar um papel de liderança, mas esses esforços não foram sustentados por muito mais tempo. Podemos dizer que a interação do Brasil com os outros BRICS foi um objetivo muito mais importante na política externa de Dilma. Além disso, a expectativa inicial da UE de que o novo governo daria menos apoio aos governos de esquerda na região revelou-se infundada. À medida que a economia brasileira se deteriorava gradualmente, a capacidade do país de cobrir os custos da cooperação regional diminuía cada vez mais. Da mesma forma, os investimentos em infraestruturas na região diminuíram gradualmente (Saraiva, 2017).

Alguns fatores tornaram mais difícil manter padrões anteriores de comportamento. O governo Dilma Rousseff certamente enfrentou cenários nacionais e internacionais mais difíceis do que o governo Lula. Desde o início do primeiro mandato, a crise econômica sofrida pelas potências estabelecidas deu lugar à recuperação econômica nos EUA, enquanto a crise da Zona Euro foi gradualmente controlada. Estas mudanças colocaram o G7 firmemente de volta ao centro da cena. A Rodada Doha não avançou e foram iniciadas negociações para a formação de grandes blocos de livre comércio, o que tornou mais difícil para o Brasil encontrar o seu lugar na economia internacional (Silva, Volpato, 2022; Saraiva, 2017). A ascensão da economia chinesa desequilibrou novamente a balança econômica. O alto boom dos preços das commodities de exportação do Brasil terminaria e, politicamente falando, embora o multilateralismo ocidental tradicional tenha sido desafiado, os países emergentes não conseguiram definir uma nova agenda política global.

Em suma, o segundo mandato começou no meio de uma crise econômica, de uma crise política e de uma crise institucional. Quando se trata de formulação de política externa, a diplomacia presidencial foi abandonada. A Presidente Dilma Rousseff demonstrou claramente pouco interesse nos assuntos externos, especialmente naqueles que apenas produziam ganhos esporádicos e simbólicos, intangíveis no curto prazo. A tomada de decisões tornou-se menos centralizada e diferentes agências governamentais assumiram gradualmente a responsabilidade pelos aspectos técnicos da política econômica externa, enquanto a assessoria do presidente investia a sua energia no combate às crises políticas na América do Sul. A parceria estratégica com a UE não produziu quaisquer frutos significativos na arena multilateral internacional durante os anos Dilma Rousseff. Os planos anteriores do Brasil para aumentar a sua projeção global, que inicialmente inspiraram a Europa a propor a parceria, diminuíram.

O afastamento das estratégias para impulsionar a projeção global do Brasil sob o governo Dilma Rousseff exerceu impacto na parceria estratégica. Nenhuma cúpula foi realizada em 2012, apenas em 2013 e 2014. As declarações das duas últimas centraram-se

principalmente em questões econômicas – ganhos a curto prazo – e no desenvolvimento sustentável. As questões de segurança multilateral, como a guerra na Síria e os problemas de segurança na África, já não eram comentadas nas declarações. Em 2014, é mencionado o 3º Plano de Ação Conjunta, a ser executado entre 2015 e 2017. A crise política e institucional de 2015 consumiu muito tempo e energia do governo, então o que não era prioridade foi suspenso. Não houve cúpula em 2015 e o 3.º Plano de Ação Conjunto não foi confirmado (Silva, Volpato, 2022).

Entretanto, as discussões multilaterais sobre as alterações climáticas tornaram-se cada vez mais importantes. Na reunião de Durban em 2011, o Brasil assumiu uma posição mais próxima da UE, colocando-se como mediador entre a posição da UE sobre os compromissos internacionais legais e a China e a Índia, já que ambos defendiam apenas reduções voluntárias (Gratius, 2012). Na Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012, no Rio de Janeiro, as ideias partilhadas entre o Brasil e a UE retrocederam um pouco, uma vez que os dois lados divergiram numa série de tópicos: em primeiro lugar, discordaram sobre o conceito de uma economia verde; em segundo lugar, divergiam quanto à dinâmica da política de mitigação dos impactos das emissões relacionadas com a desflorestação e a degradação das florestas nas alterações climáticas; e em terceiro lugar, divergiram sobre os instrumentos para a construção de um regime internacional com desenvolvimento sustentável. Na verdade, a administração Dilma Rousseff defendeu a ideia de uma responsabilidade partilhada, mas diferenciada entre os países do norte global e do sul global no que diz respeito aos danos ambientais. Não obstante, na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, em Paris, em 2015, o Brasil e a UE lançaram uma proposta conjunta para a regulação do mercado de carbono, que serviu de base para o acordo assinado posteriormente.

Tanto a crise financeira na Zona Euro como a crise econômica brasileira exerceram impacto nas negociações bilaterais. No entanto, os diálogos setoriais bilaterais entre o Brasil e a UE prosperaram uma vez que um conjunto de canais de interação foi estabelecido após a criação do Serviço Europeu de Ação Externa (posteriormente foi implementada uma delegação europeia no Brasil), permitindo avanços nos diálogos diplomáticos, técnicos e acadêmicos. Os investimentos europeus no Brasil – um dos principais objetivos da parceria estratégica – foram prejudicados pela crise da Zona Euro, uma vez que os níveis de crescimento esperados nos Planos de Ação Conjuntos não foram alcançados. No entanto, cerca de 50% de todos os fluxos de IDE que o Brasil recebeu entre 2008 e 2012 vieram da União Europeia (Otero-Iglesias 2014).

Apesar da importância do bloco europeu para o Brasil e do estabelecimento da Parceria Estratégica em 2007, a UE não foi um ator central no quadro da política externa

brasileira sob os mandatos de Lula e Dilma, que deram mais ênfase ao Sul-Sul e às relações e à articulação com outros países emergentes. Isto não implica a afirmação de que os parceiros tradicionais, incluindo a UE, tenham sido esquecidos ou ignorados durante o período. Houve, pelo contrário, manutenção de boas relações com estes atores. Além disso, a UE não perdeu importância – mas centralidade – na ação externa, o que foi evidenciado pelos esforços da diplomacia brasileira para consolidar a Parceria Estratégica. Graças ao quadro institucional proposto pela iniciativa, as relações Brasil-UE durante este período podem facilmente ser localizadas no nível bilateral híbrido (Saraiva, 2017).

Em maio de 2016, Dilma Rousseff é destituída do cargo e substituída pelo vice-presidente Michel Temer. Temer mudou a política externa anterior do Brasil e expressou suas intenções de fortalecer novamente as relações econômicas com os EUA, o Japão e a União Europeia (Gratius, 2018). Os interesses do Brasil se encontraram novamente com os da União Europeia em 2016, e a Estratégia Global da UE, publicada no mesmo ano, também incluiu a melhoria das relações com o Brasil. A eleição seguinte foi vencida por Jair Bolsonaro, que conduziu a política externa do Brasil em uma direção diferente. Embora os laços estreitos com os estados sul-americanos tenham desempenhado um papel importante na política externa brasileira no passado, Bolsonaro procurou fortalecer os laços com os Estados Unidos. Ele promoveu a liberalização em sua política econômica, o que ajudou a União Europeia a concluir um acordo de livre comércio com o MERCOSUL (Saraiva, 2019). Em 2018, a União Europeia foi o segundo maior parceiro comercial do Brasil depois da China (no caso da União Europeia, o Brasil ocupou o 11º lugar em 2018), e em 28 de junho de 2019, a União Europeia assina um acordo com o bloco sul-americano, o que reforçou os estreitos laços políticos e econômicos entre as duas partes. O acordo deu um novo impulso ao comércio de biocombustíveis, por exemplo. Nos termos do acordo, a UE importará 650.000 toneladas de etanol por ano dos países do MERCOSUL, com a maior parte dessas exportações sendo coberta pelo etanol do Brasil (Rico, 2020).

6. Conclusão

O estabelecimento da Parceria Estratégica representou um salto qualitativo nas relações Brasil-UE, uma vez que alterou os termos de compromisso ao propor um quadro institucional, que aumentou e moldou as interações entre as partes. Este quadro institucional contribuiu para a superação do caráter mercantil que outrora caracterizou as relações, incluindo outros temas que, por sua vez, conduziram a uma maior articulação política – embora nem sempre se tenha concretizado em posições convergentes –, bem como ao reforço técnico e a cooperação através da consolidação dos Diálogos Setoriais. Além disso, o

estabelecimento da iniciativa deu às relações Brasil-UE ideias de diferenciação e hierarquização, uma vez que pressupôs o reconhecimento pela UE do novo estatuto do Brasil como potência emergente. O locus da UE na política externa brasileira, no entanto, nunca ficou bem definido, e essa indefinição está relacionada às dificuldades inerentes a uma relação essencialmente assimétrica.

Pode-se dizer que a UE foi e continua a ser um ator importante no quadro da política externa brasileira. Isto é evidenciado não apenas pela evolução histórica das relações Brasil-UE e pela conclusão da Parceria Estratégica, mas também pela relevância econômica da UE para o país. Não se pode esquecer, também, a condição da UE como ator global. Acredita-se que os interesses específicos do Brasil em transferência de tecnologia, ciência e apoio ao desenvolvimento se manifestam na continuidade da parceria, que ganharam impulso mesmo quando a política externa já apresentava sinais claros de retração durante o segundo mandato de Dilma. A indefinição do locus da parceria estaria relacionada à multiplicidade e sobreposição de níveis de interação e às dificuldades do cenário doméstico brasileiro. Com a relativa paralisia da Parceria Estratégica, as relações Brasil-Bruxelas (nível bilateral híbrido) perderam força, permitindo fortalecer as interações em outros níveis, com uma relação mais forte entre o Brasil e a UE através do MERCOSUL (nível inter-regional), no âmbito da o Acordo de Associação e com os países membros do bloco (nível puramente bilateral).A celebração da Parceria Estratégica Brasil-UE foi um marco nas relações Brasil-UE e, ainda hoje, representa uma ferramenta de convergência bilateral, incentivada por objetivos, valores e objetivos comuns. Devemos acrescentar que a cooperação internacional não implica uma harmonia total, mas sim a identificação de interesses comuns e um ajuste dos comportamentos dos atores envolvidos, cujas divergências e choques de interesses devem ser reconhecidos e submetidos ao diálogo.

Referências

AYLLÓN, Bruno. As relações entre Brasil e Europa durante o segundo governo Lula: a aposta na Associação Estratégica. In:FISCHER-BOLLIN, Peter (Org). Desafios para a construção de uma agenda entre Brasil e Europa. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2011.

AYLLÓN Pino, Bruno. “Renovando a cooperação UE-Brasil: perspectivas de triangulação na África”. In Temas de uma agenda estratégica entre Brasil e União Europeia, 123-47. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Foundation, 2014.

AYLLÓN Pino, Bruno, Miriam G. Saraiva. “La Asociación Estratégica UE-Brasil: significados e implicaciones en el contexto de las eurolatinoamericanas”. Revista Española de Desarrollo y Cooperación, special edition, 2010

BECARD, Danielly Silva Ramos. Parcerias Estratégicas nas Relações Internacionais: uma análise conceitual. In: LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de (Orgs). Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. Belo Horizonte: FinoTraço, 2013.

BLANCO, Luis Fernando de Moraes y. On the uses and functions of ‘strategic partnership’ in international politics: Implications for agency, policy and theory. Tese de Doutorado. Bielefeld University, 2015

BLANCO, Luis Fernando. The functions of ‘strategic partnership’ in European Union foreign policy discourse. Cambridge Review of International Affairs, v. 29, n. 1, p. 36-54, 2016.

BLANCO, Luis Fernando; LUCIANO, Bruno Theodoro. Understanding EU’s strategic partnerships in Latin America: a comparative assessment of EU-Brazil and EU-Mexico relations. Journal of Contemporary European Studies, v. 26, n. 4, p. 459-472, 2018

COMMISSION of the European Communities. Communication from the Commission to the European Parliament and the Council: Towards an EU-Brazil Strategic Partnership. European Commission: Brussels, 2007

COUNCIL of the European Union.European Security Strategy: A Secure Europe in a Better World. Council of the EU: Brussels, 2009

Gratius, Susanne: ‘Brazil and the European Union: from liberal inter-regionalism to realist bilateralism.’ Revista Brasileira de Política Internacional 61, no 1, 2018.

GRATIUS, Susanne. Brazil and the European Union: between balancing and wagoning. ESPO Working Paper, n. 2, July 2012

JAGUARIBE, Helio; VASCONCELOS, Álvaro. The European Union, Mercosul and the new world order. Frank Cass Publishers, 2003.

FERREIRA-PEREIRA, Laura. “The European Union’s partnership policy towards Brazil: more than meets the eye”. Cambridge Review of International Affairs, DOI:10.1080/09557571.2015.1103973, 2016.

FÜZESI, Kitti. Strategic Partnership between the European Union and Brazil Economic and Energy Cooperation. Hadtudományi Szemle, 13, évfolyam, 2020.

LAZAROU, Elena; FONSECA, Carmen. Parcerias Estratégicas nas Relações Internacionais: uma análise conceitual. In: LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de (Orgs).

Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013

LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Parcerias Estratégicas do Brasil: uma busca por conceitos. In: LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de (Orgs). Parcerias Estratégicas do Brasil: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 41, n. spe, p. 29-41, 1998.

LESSA, Antônio Carlos. Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010). Revista Brasileira de Política Internacional, v. 53, n. spe, p. 115-131, 2010

MEISSNER, Katharina. "The time has come to look at Brazil. The EU's shift from interregional negotiations with MERCOSUR to a bilateral Strategic Partner with Brazil" EUI Working Papers n. 2015/37. Florence: RSCAS/EUI, 2015.

OTERO-IGLESIAS, Miguel. "A crise financeira na Europa: qual papel para os BRICS?" In Temas de uma agenda estratégica entre Brasil e União Europeia, 149-72. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Foundation, 2014

RICO, Javier: 'La UE rebaja la entrada de etanol desde Mercosur a unas cuotas inasumibles para la industria europea, 2020.

SARAIVA, Miriam Gomes. Brazil's Strategies and Partnerships: The Place of the European Union. Perspectives, v. 20, n. 2, p. 45-62, 2012

SARAIVA, M. G. The Brazil-European Union strategic partnership, from Lula to Dilma Rousseff: a shift of focus. Rev. bras. polít. int. [online]. 2017

SARAIVA, Miriam Gomes: 'The Brazil–European Union strategic partnership, from Lula to Dilma Rousseff: a shift of focus.' Revista Brasileira de Política Internacional 60, no 1, 2017.

SILVA, André Luiz Reis da; PÉREZ, José O. Lula, Dilma, and Temer: The Rise and Fall of Brazilian Foreign Policy. Latin American Perspectives, v. 46, n. 4, p. 169-185, 2019

SILVA, André Luiz Reis da. Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008

SILVA, A.; VOLPATO, V. The role of the European Union in the Brazilian foreign policy: an analysis of the Brazil-European Union Strategic Partnership. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 8, n. 1, 9 set. 2022.

TELÒ, Mario. "UE-Brasil: conceitos e abordagens convergentes/divergentes ao multilateralismo. A visão da UE para um novo multilateralismo é um parceiro confiável?" In Temas de uma agenda estratégica entre Brasil e União Europeia, 17-48. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Foundation, 2014.

VAZ, Alcides Costa. Brazil's strategic partnerships: origins, agendas and outcomes. ESPOWorking Paper, n. 9, 2014